

O Estado de bem estar social enquanto desdobramento do Estado Nação



Ana Beatriz Borges Ramos Duarte¹

Resumo

O Estado Nação pode ser considerado um desdobramento do Estado moderno, teorizado pelos contratualistas em sua concepção clássica. Ao fim do século XVIII, o Estado Moderno assume a forma de Estado Nação, impulsionado por um processo de industrialização crescente, uma sociedade cada vez mais sedenta de igualdade, e pelas revoluções resultantes do novo cenário. O papel homogeneizador do Estado via nacionalismo foi fundamental para a manutenção da ordem política, que se viu ameaçada pelo multiculturalismo decorrente da nova configuração geopolítica da Europa no pós-guerra. Nesse contexto, o Estado de Bem Estar Social ou Estado Social, surge como artifício para garantir o sucesso do projeto homogeneizador do Estado Nação, mesmo sob novos desafios.

Palavras-chave: Estado Moderno; Estado Nação; Nacionalismo; Estado de Bem Estar Social.

Abstract

Nation State can be considered a development of the modern State, theorized by the contractualists in its classic conception. At the end of the 18th century, the Modern State took the form of a Nation State, driven by a process of growing industrialization, a society increasingly thirsty for equality, and by the revolutions resulting from the new scenario. The State's homogenizing role via nationalism was fundamental to the maintenance of political order, which was threatened by multiculturalism due to Europe's new post-war geopolitical configuration. In this context, the Welfare State appears as a device to guarantee the success of the homogenizing project of the Nation State, even under new challenges.

Keywords: Modern State; Nation State; Nationalism; Welfare State.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS-UFRRJ) – anabeatriz.bramos@gmail.com

Introdução

O presente artigo tem por objetivo situar o Estado do Bem Estar enquanto desdobramento do Estado Nação, a partir do fenômeno do nacionalismo, introduzido ao fim do século XVIII, e desenvolvido em sua máxima expressão no início do século XX. O nacionalismo foi determinante para os rumos da economia e da política na modernidade, redundando no fim dos grandes impérios e desenvolvimento de grandes Estados Nação. O artigo está dividido em três partes. Para contextualizar o fenômeno do nacionalismo, a primeira parte retoma rapidamente o debate clássico-contratualista² a respeito do Estado Moderno, principalmente no que diz respeito à questão da soberania. A segunda parte traz a teorização contemporânea a respeito do fenômeno do nacionalismo e de sua importância para o projeto político do Estado Moderno. Por fim, a terceira parte pretende demonstrar que o Estado de Bem Estar Social surge como uma estratégia política de resposta à ameaça ao nacionalismo, advinda do pós-guerra e suas consequências geopolíticas.

1. Do Estado moderno ao Estado Nação

O Estado Nação pode ser considerado um desdobramento do Estado Moderno, teorizado pelos contratualistas em sua concepção clássica (HOBBSAWN, 1998), para os quais, a condição natural de todos os homens baseia-se na igualdade. O Estado Moderno caracteriza um rompimento fundamental entre as teorias políticas da antiguidade e da modernidade. Thomas Hobbes (2003), seu autor mais clássico, ao escrever “O Leviatã” tinha a intenção de fundamentar racionalmente a origem do Estado por meio de uma racionalidade jurídico-formal³, no contexto da guerra civil inglesa.

Em “O Leviatã”, Hobbes retrata o cenário de conflitos políticos civis ingleses, no qual os parlamentares desejavam a tomada do governo na Inglaterra. Ele apresenta

² Segundo Tuck (2003), Hobbes definiu o caráter da política moderna, tendo sido o primeiro a apresentar o conceito de contrato social como base da formação do Estado, influenciando escritos posteriores como os de Locke e Rousseau, também considerados contratualistas. O conceito de contrato presente em Hobbes pode ser entendido como uma transferência mútua de direitos entre os indivíduos, que voluntariamente se submetem ao governo de um Soberano, para garantir a paz e a defesa de si mesmos.

³ Ou seja, uma racionalidade que legitima o direito pela razão científica.

argumentos racionais⁴, descolados do senso de moral ou religião, para defender a soberania do Estado Monárquico, o que lhe confere a denominação de absolutista. Nesse sentido, a igreja deixa de ser o árbitro final dos conflitos, em favor do soberano (TUCK, 2003).

Segundo Jasmim (1998), Hobbes utiliza o método “resolutivo-compositivo”⁵, em que emprega a introspecção para ler em si mesmo o gênero humano e estabelecer princípios universais do comportamento individual. Hobbes (2003) defende que todos os indivíduos são iguais e racionais e buscam a autopreservação num contexto de escassez de recursos (análise). A concepção de Estado Soberano, assim, ocorre por meio do contrato social (síntese), estabelecido pela conexão entre esses indivíduos, a qual tem a capacidade de manter a segurança buscada por eles (demonstração). Tal construção teórica tem por objetivo estabelecer uma relação causal entre as etapas do pensamento, de maneira que as premissas formuladas possam resultar em uma sustentação sólida.

Hobbes é pioneiro ao problematizar os fundamentos da ciência política a partir de uma ciência demonstrativa, afastando-se do método do empirismo histórico⁶. Tuck (2003) observa que Hobbes mantém certa aproximação com o método da dúvida hiperbólica⁷, no esforço de pensar a razão por trás das relações políticas. Para Hobbes (2003), portanto, a questão não está em orientar o príncipe à manutenção do poder – como quer Maquiavel (1994) – mas em convencer racionalmente os súditos à sujeição ao soberano, fundado nos argumentos das leis naturais de autopreservação e necessidade de paz.

A questão da soberania - uma novidade da modernidade - foi discutida ainda por outros contratualistas que pensaram o Estado e o Governo enquanto desdobramentos da sociedade política. Do ponto de vista republicano, Rousseau (1978) atribui a soberania ao povo e considera o soberano um ser coletivo que pode transmitir o poder, mas não a

⁴ Hobbes (2003) considera que há uma lei natural, segundo a qual o indivíduo está proibido de prejudicar ou destruir sua própria vida. A condição do homem no estado de natureza é a guerra de todos contra todos, justificada por três argumentos principais: 1) todos os homens são iguais em força, espírito e esperança de atingir fins; 2) os homens não tem prazer algum da companhia uns dos outros; 3) há três causas de discórdia entre os indivíduos, que são competição, desconfiança e glória.

⁵ Hobbes estabelece princípios racionais universais, independentes da empiria histórica, para estabelecer causas constitutivas da sociedade e das relações políticas, através do estudo de fenômenos não observáveis historicamente, mas introspectivamente, por estarem contidos no gênero humano (JASMIN, 1998).

⁶ Anterior a Hobbes, Maquiavel utilizou-se de um método baseado na evidência histórica para fundamentar as ações do príncipe (JASMIN, 1998).

⁷ Descartes levantou a dúvida sobre a real existência do mundo externo em confronto com a possibilidade de ele representar uma leitura das impressões internas.

vontade. As ordens do chefe de Estado só podem ser consideradas “vontade geral” (vontade dos cidadãos) quando o soberano (povo) não se opuser, visando o bem comum. É pertinente dizer que Rousseau resgata a concepção de participação republicana, ao considerar que a liberdade do cidadão estaria em poder escolher o que fosse melhor para si, por meio da lei, atuando positivamente na vida política.

Para os liberais políticos⁸, no entanto, a soberania estaria no direito. Segundo Constant (2015), influenciada pela mentalidade liberal⁹, nos tempos modernos a população não permitiria a censura, posicionando-se contra a autoridade impositiva, a fim de proteger o indivíduo. Assim, na modernidade, a liberdade política é necessária, mas apenas como garantidora da liberdade individual. Isso significa que os indivíduos estão dispostos a lutar pela liberdade individual, se necessário for, pelos benefícios que ela pode proporcionar e não pelo desejo de participação em si. De acordo com o autor, o novo modelo de organização social que melhor se adequaria à modernidade seria o da representação, ao permitir que os indivíduos pudessem se dedicar aos interesses privados, à medida que transferissem as responsabilidades políticas para um determinado grupo que trabalharia exclusivamente na garantia de seus direitos individuais. Transferir as responsabilidades, entretanto, não significaria abandonar os direitos políticos, pelo contrário, era necessária, para os liberais, a atenção ao trabalho dos representantes, exigindo melhorias e tomando medidas quando necessárias. A participação política deveria ser vista não como um peso e sim como nobreza.

Influenciado pelas concepções liberais e pelo debate em torno da participação social – tanto como garantidora dos direitos individuais, quanto como expressão da liberdade republicana - ao fim do século XVIII, o Estado Moderno assume a forma de Estado Nação impulsionado por um processo de industrialização crescente, uma sociedade cada vez mais sedenta de igualdade e pelas revoluções resultantes do novo cenário (HOBSBAWN, 1998; HABERMAS, 2002; GELLNER, 1996).

Assim considerada, a “nação” era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política. Pois, fosse o que fosse uma nação, ela sempre incluiria o

⁸ Locke pode ser considerado o pai do liberalismo político. Seus conceitos estão presentes no “Segundo tratado sobre o governo civil” (2018), em que procura explicar a gênese do governo, por considerar que o poder político difere, em sua natureza, de todos os outros poderes exercidos na sociedade. Ao defender a liberdade individual, Locke juridifica a soberania, de modo que o direito passa a ser uma garantia para que o cidadão se defenda ante o soberano.

⁹ Locke, Stuart Mill, Constant e Tocqueville, por exemplo (BERLIN, 1998).

elemento da cidadania e da escolha ou participação de massa. Jhon Stuart Mill não definiu uma nação apenas pela posse do sentimento nacional. Também acrescentou que os membros de uma nacionalidade “desejam que seja um governo deles próprios, ou exclusivamente de uma nação deles”. (...) A equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais. Implicava também uma multiplicidade de Estados-nações assim constituídos, e de fato isso era uma consequência da autodeterminação popular. (HOBSBAWN, 1998, p. 31)

Vemos que para Hobsbawn (1998), a importância da união entre Nação e Estado, ao fim do século XVIII, estava em legitimar o governo de uma dada unidade política soberana, garantindo a participação de seus cidadãos independente das heranças e sentimentos comuns que pudesse compartilhar um determinado povo. Dessa forma o povo não se caracterizaria necessariamente pelas semelhanças culturais, mas sim pela organização política em um dado território. Ao que podemos concluir que a ideia de nação estava intimamente ligada à ideia de cidadania.

O debate da contemporaneidade a respeito dos fundamentos do Estado Nação desloca-se do plano de convencimento da necessidade de sujeição a um governo soberano, já esgotado pela teoria contratualista, para o de investigação dos aspectos sociopolíticos que levaram o Estado Moderno a assumir a característica de um Estado necessariamente nacional.

2. O advento do Estado Nação: Problematicando o Nacionalismo

De acordo com Hobsbawn (1998), a declaração francesa dos direitos em 1789 foi um marco decisivo no processo de instituição do Estado Nação. O fato de uma sociedade ser reconhecida enquanto Estado soberano estava fundado na vinculação da nação a um território.

Segundo Gellner (1996), a Revolução Francesa pode ser considerada um fenômeno desencadeador do Estado Nação como norma política, por ser um evento que marca a mudança entre dois tipos de sociedade: a sociedade agrária, ou agroletrada, e a sociedade industrial avançada.

O sistema anterior – sociedade agroletrada – era caracterizado por dois pontos fundamentais: 1) a falta de elasticidade no abastecimento de alimentos e 2) a definição de

um teto limitado para a produção de alimentos. O fundamental para os membros de uma sociedade que se organiza dessa forma é estar bem situado hierarquicamente, já que “os homens passam fome de acordo com seus status” (GELLNER, 1996, p. 109). Isso significa que as camadas sociais mais altas tinham prioridade de acesso à produção em detrimento das camadas mais baixas, pautadas no status conferido pela cultura. Logo, na sociedade agroletrada, não era importante produzir de maneira abundante, e sim manter a prioridade na distribuição da produção. Neste caso, era o governo quem controlava o armazenamento. A valorização do status em detrimento da inovação produtiva resultava em falta de incentivo à produção, provocando um estado permanente de baixa condição produtiva. (GELLNER, 1996).

Nesse contexto, é fundamental a educação (capacidade de escrita) como agente diferenciador da sociedade. Isso ocorre porque as tradições transmitidas verbalmente são reconhecidas apenas como estilo de vida, sendo mais suscetíveis a mudanças. Mas tradições escritas são reconhecidas como normas superiores e transcendentais na sociedade. Assim, a escrita é capaz de preservar ideias, informações e princípios, o que a torna o principal diferenciador entre a classe inferior (não letrada) e a classe superior (letrada). (GELLNER, 1996)

Já no sistema contemporâneo - sociedade industrial avançada - “*o crescimento econômico é o primeiro princípio de legitimação*” (GELLNER, 1996, p. 115) (grifo nosso). Nessa sociedade, a valorização humana não se dá pela força de trabalho, mas pela formação intelectual. O trabalho passa a exigir menos força física e mais capacidade de manipular dispositivos tecnológicos. Tudo que compunha a comunicação dotando-a de sentido (dialeto, postura, tom de voz, etc.) perde o valor e a comunicação passa a ser padronizada apenas pela escrita. Isso faz com que a cultura superior torne-se a cultura difundida, sobrepondo-se às culturas minoritárias que, aos poucos, vão perdendo a possibilidade de sobrevivência. Em outras palavras, podemos dizer que o nacionalismo é a difusão da cultura superior em detrimento das culturas inferiores, no objetivo de homogeneização cultural. (GELLNER, 1996)

A sociedade industrial também transforma a maneira de governar. Nela, a força do governante se expressa na expansão da produtividade. A ideia de progresso é o que sustenta a expressão filosófica dessa atitude. “O preço do crescimento é a inovação e a transformação perpétua e contínua da estrutura ocupacional.” (GELLNER, 1996, p. 117).

Ao passo que na sociedade industrial os postos de trabalho são preenchidos pela capacidade e não pela condição de nascimento. Desse modo, pode-se inferir que se trata de uma sociedade mais “igualitária”, ainda que não o seja de fato, porque ao menos fornece maiores possibilidades de alcançar a igualdade (em relação à sociedade agrária). O Estado passa a ser responsável por custear (primordialmente) o sistema educacional, já que tem o maior interesse sobre ele. Todo esse contexto gera uma condição de “uma cultura, um Estado; um Estado, uma cultura” (p. 119). Conclui-se que a legitimação da política na sociedade industrial (homogênea) se dá por meio 1) da garantia de crescimento econômico e 2) da capacidade de difundir e proteger a cultura “superior”. O Estado já não é mais o protetor de uma fé, mas sim de uma cultura (GELLNER, 1996).

Em suma, vemos que para Gellner (1996), a diferença fundamental entre a sociedade agrária e a sociedade industrial, é que na primeira, a cultura define a posição social (diferenciação cultural baseada no letramento), enquanto que na segunda, a capacidade produtiva. Note-se que a diferenciação cultural no sistema anterior possibilitava o fortalecimento do domínio do governo. O termo nação na sociedade agrária refere-se à aristocracia e não ao povo.

Para Habermas (2002) o processo de constituição do Estado Nação não foi um fenômeno natural, mas sim influenciado por diversas questões sociopolíticas. O autor pontua que o Estado Nação aos poucos foi se sobrepondo às formas mais antigas de organização política, como as Cidades-estados e os grandes impérios da antiguidade. A constituição do Estado Nação, a priori, apresenta dois caminhos: 1) o Estado precede a Nação e 2) a Nação precede o Estado. O primeiro caso pode ser visto nos Estados do norte e oeste europeus, onde os principais responsáveis pelo processo foram os diplomatas e militares. O segundo, na Itália e Alemanha, movido por intelectuais que divulgaram a ideia de unidade cultural.

O período após a segunda guerra apresentou, ainda, um terceiro caminho: a descolonização da África e da Ásia, que transformou várias nações (tribos) em Estados unificados. Para Habermas (2002), o Estado Nação surge como alternativa a uma tendência de desintegração social, não mais suficiente na contemporaneidade, dado que hoje a tendência à dissolução social está pautada na globalização da vida como um todo, que requer um plano de soberania supranacional.

Conforme explana Habermas (2002), a separação entre Estado e Sociedade civil foi marcante no processo de modernização. O estado moderno é puramente administrativo, separado da esfera da produção e do mercado, cabendo-lhe prover as condições necessárias ao funcionamento dos mercados – supervisão – somente. A modernidade, portanto, prevê duas separações fundamentais: Estado versus sociedade civil e público versus privado. O governante passa a se submeter às leis e o indivíduo tem liberdade privada, amparado pela lei ante o soberano.

As revoluções do fim do século XVIII foram decisivas para a integração das nações aos estados. O processo de evolução do termo nação pode ser compreendido como uma transformação que vai desde a designação de uma categorização cultural, passando pela designação de um grupo aristocrático (em que os direitos políticos se restringem a uma elite), até chegar à nação popular, quando finalmente os direitos políticos tornam-se abrangentes. Esse último estágio decorre do movimento iniciado nas revoluções supracitadas, motivado por acadêmicos. (HABERMAS, 2002)

A nação popular utilizou-se do pressuposto de ascendência cultural comum para se diferenciar e se defender do estrangeiro. A integração nesta formação de Estado Nação pressupõe uma integração entre nacionalismo e republicanismo, cuja ideia de nação baseia o republicanismo que, por sua vez, reafirma o conceito de nação. Essa integração se dá em duas vertentes:

A primeira delas ocorre na soberania interna (a soberania muda do príncipe para o povo, de Maquiavel para Rousseau). O conceito de nação permitiu uma integração social abstrata, necessária à legitimação do Estado secularizado, ou seja, a nação substitui a religião no papel de sustentação do Estado. A integração social que antes se baseava em estamentos, agora repousa na ideia de cidadania. A população individualizada pelo mercado se vê unida pela responsabilidade da participação social democrática. Antes, ao indivíduo era concedida a “benevolência” de fazer parte do Estado; agora, o indivíduo torna-se coparticipante da autoridade política. Esse arranjo social está pautado nos direitos do cidadão que permitem uma combinação entre liberdade privada e liberdade política. O republicanismo do Estado Nação baseia-se nas teorias de Kant e Rousseau, em que a liberdade se manifesta como direito de viver de acordo com as leis criadas por si

mesmo, ou, “fazer suas próprias regras”. Para isso, foi necessária a mobilização política dos cidadãos impulsionada pela ideia de nação (HABERMAS, 2002)¹⁰.

A segunda vertente se dá na soberania externa. Essa dimensão da liberdade prevê a liberdade da nação. A nação como grandeza juridicamente construída pressupõe outras nações como inimigas. Quanto a isso, para Habermas (2002) há duas interpretações possíveis, uma cosmopolita (acordo cooperativo com outras nações no intuito de assegurar a paz) e outra naturalista (quando a nação antecede a política ela persegue o interesse próprio a qualquer custo, inclusive por meio do conflito militar).

O republicanismo, ao mesmo tempo que acaba por promover a soberania da nação externamente – já que a liberdade republicana pressupõe obrigatoriedade do serviço militar, ao justificar a imposição do Estado pelo bem da coletividade – pode sabotar os próprios princípios republicanos ao tornar-se instrumento das elites. Naturalmente, o nacionalismo se dá pela necessidade de haver algo que faça as pessoas se unirem, sobrepondo-se à vontade de organizar juridicamente seu convívio. O sucesso do Estado nacional, porém, deve-se, sobretudo, à integração jurídica dos indivíduos a partir da vontade. Significa dizer que, empiricamente, o nacionalismo se dá como artifício para o sucesso de elites políticas, que têm como objetivo neutralizar os conflitos internos de classe, por intermédio do êxito na política externa (HABERMAS, 2002).

A história do imperialismo europeu entre 1871 e 1914, tal como o nacionalismo integral do século XX (isso sem falar no racismo dos nazistas), ilustra o triste fato de que a ideia de nação serviu muito menos para fortalecer as populações em sua lealdade ao Estado constitucional do que para mobilizar as massas em favor de objetivos que dificilmente se podem harmonizar com princípios republicanos. (HABERMAS, 2002, p. 133)

Conclui-se que para Habermas e Gellner, o nacionalismo pode ser entendido como um fenômeno histórico decorrente do Estado Moderno, não devendo ser considerado como um mero acaso da história, mas como uma construção política que atende a interesses das elites no intuito de “silenciar” conflitos internos por meio da homogeneização da sociedade em um único Estado Nação, para assim, afirmar e fortalecer a soberania da nação nos campos políticos interno e externo. A sobreposição da

¹⁰ Para Habermas (2002), um exemplo oposto a esse processo foram os Estados Unidos, onde o Estado manteve o formato republicano “mesmo sem ter por base uma população culturalmente homogeneizada” (p. 130).

nacionalidade em detrimento do estrangeiro trouxe consequências devastadoras para povos excluídos do projeto de poder vigente, porém condizentes com a nova configuração do Estado Nação.

3. O Estado de Bem Estar Social como desdobramento do Estado Nação

A explanação do fenômeno dos Estados Nação, até aqui, teve como propósito colocar em pauta a importância fundamental do papel homogeneizador do Estado Moderno na manutenção da legitimidade da ordem política. Não é ao acaso que o Estado de Bem Estar Social ou Estado Social, surge no contexto de ameaça à modernização e nacionalização dos estados centrais, iniciado no século XVIII. O Estado Social foi um artifício para garantir o sucesso do projeto homogeneizador do Estado Nação, mesmo na nova configuração da Europa pós-guerra.

Para Hobsbawm (1998), não foi coincidentemente que o liberalismo do livre comércio e a “febre” do nacionalismo se chocaram em um mesmo período histórico. Economias definidas por limites estatais na forma de Estados Nação eram interessantes aos projetos liberais, na medida em que proporcionavam o desenvolvimento da economia mundial:

O desenvolvimento econômico nos séculos XVI a XVIII foi feito com base em estados territoriais, cada um dos quais tendia a perseguir políticas mercantilistas como um todo unificado. De modo mais óbvio ainda, quando falamos de capitalismo mundial no século XIX e começo do XX, falamos das suas unidades nacionais componentes no mundo desenvolvido – da indústria britânica, da economia americana, do capitalismo alemão diferente do capitalismo francês e assim por diante. Durante o longo período que vai do século XVIII aos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, parece não haver espaço e lugar na economia global para aquelas unidades genuinamente extraterritoriais, transnacionais ou intersticiais que desempenharam um papel tão grande na gênese da economia capitalista mundial e que são, hoje, novamente tão proeminentes (...) (HOBBSAWN, 1998, p. 37-38).

Por mais que a economia clássica, de Adam Smith e outros, admitisse uma economia global pautada no comportamento maximizador de indivíduos e empresas, na tentativa de descartar o papel da Economia Nacional – ao supor que o enriquecimento individual acarretaria necessariamente o desenvolvimento social – o Estado Nação provou ser fundamental para a economia liberal. Somente o Estado, por meio de sua

intervenção, poderia assegurar a integridade da propriedade e dos contratos: o Estado regula a economia com vista ao enriquecimento da nação. (HOBSBAWN, 1998)

Os Estados Nação eram formados estrategicamente para a competição econômica internacional, e em decorrência disso, tinham que ser grandes o suficiente para tornar viável o desenvolvimento. Dessa forma, podemos admitir que o objetivo último da nação era criar condições para o desenvolvimento econômico, tornando o Estado competitivo internacionalmente: “*segue-se que o ‘princípio da nacionalidade’, aplicado na prática, servia apenas para nacionalidades de um certo tamanho*” (HOBSBAWN, 1998, p. 43) (grifo nosso) ou seja, pequenas nações estavam fadadas ao fracasso. Daí a importância da homogeneização dos grandes Estados Nação, em detrimento das nacionalidades fracionadas (HOBSBAWN, 1998).

Verdery (1996), citando Boreman, admite dois conceitos ligados à ideia de nação: nacionalidade e nacionalismo. A diferenciação entre esses dois conceitos me parece fundamental para entender o projeto político do Estado Nação. Ao primeiro, atribui as “interações e práticas cotidianas que produzem um sentimento intrínseco e frequentemente não articulado de pertencer, de estar em casa” e ao segundo os “*sentimentos conscientes que tomam a nação como um objeto de devoção ativa*” (p. 242) (grifo nosso). O fato de o nacionalismo estar atrelado a “sentimentos conscientes” nos leva a crer que, muito raramente, a noção de pertencimento na sociedade moderna se deve a fenômenos culturais comuns, compartilhados naturalmente por pessoas de ascendência análoga e pura. O nacionalismo reflete principalmente as noções de pertencimento construídas pelas políticas do Estado. Até mesmo a nacionalidade, sob essa ótica pode ser considerada um elemento passível de influência política. Vejamos:

Essas práticas e rotinas podem abranger desde os rituais relativamente corriqueiros do cortejar e do constituir família, tal como influenciados pelas políticas do Estado, até os relativamente raros e espetaculares, como a participação na guerra, que talvez tenha sido essencial para construir a devoção à nação no início da era moderna, de modo que, mais tarde, essa devoção pode ser pressuposta pelos promotores da guerra. (VERDERY, 1996, p. 242)

Habermas (2002) também considera o nacionalismo uma construção política, ao afirmar que a cultura dominante em um Estado Nação é uma combinação de elementos

da origem cultural de um grupo majoritário, com elementos da cultura política daquele Estado:

Por razões históricas, subsiste em muitos países uma fusão da cultura de maioria com determinada cultura política geral que arroga a si mesma ser reconhecida por todos os cidadãos, independentemente da origem cultural de cada um. (HABERMAS, 2002, p. 135)

A conceituação do nacionalismo baseia a de Estado Moderno, porque o mune de mecanismos capazes de proporcionar pelo menos duas situações necessárias a seus objetivos finais. A primeira, diz respeito à utilização da nação, por parte dos diversos grupos da sociedade, como justificativa para a defesa de seus interesses e lutas. De acordo com Verdery (1996), as questões envolvidas nas lutas políticas não necessariamente têm a ver com a nação em si. No entanto, ainda assim, ela é utilizada como uma espécie de “moeda” que permite “transacionar” tais questões. A segunda situação, advinda do nacionalismo e interessante ao Estado moderno, é a visibilidade que ganham os grupos divergentes. O nacionalismo permite pôr em evidência aqueles que não se “encaixam” no projeto homogeneizador do Estado, sendo possível por essa visibilidade identificar as diferenças, para então eliminá-las¹¹.

Dessa forma, é plausível considerar o nacionalismo como um mecanismo (dentre outros) de classificação social.

(...) devemos entender o Estado Moderno como produzido por um processo totalizante, que acarreta numa pressão incessante no sentido da homogeneidade, a qual é, simultaneamente, um processo de exclusão. Essa homogeneidade não é necessariamente buscada por ela mesma; pode servir a vários fins, como a criação de uma base comum de habilidades para a força de trabalho ou de um espaço receptivo para a administração do Estado. Neste último caso, o impulso homogeneizador cria a nação como o conjunto daqueles que o Estado deve administrar, porque, supostamente, eles têm alguma coisa em comum. Os Estados variam quanto à intensidade de seus esforços homogeneizadores, em parte em função do poder detido pelas elites políticas e das resistências com que eles deparam. Essa equação pode explicar por que certos Estados, sobretudo do Terceiro Mundo, buscam homogeneizações menos radicais do que outros. (VERDERY, 1996, p. 244)

11 A eliminação ou assimilação dos divergentes, segundo Verdery (1996), não ocorre somente através da violência física, mas, sobretudo através da violência simbólica, que faz o diferente ser considerado “errado”.

Nessa perspectiva, podemos inferir que o projeto homogeneizador do Estado Nação visa principalmente a criação de uma força de trabalho nivelada e, conseqüentemente, a criação de uma sociedade mais “fácil de ser administrada”. Não seria difícil admitir que um Estado com grande diversidade de grupos e interesses é um Estado propenso a mais insatisfações, lutas e reivindicações.

No entanto, para Habermas (2002), o período após a segunda guerra ameaçou uma ruptura do nacionalismo com o multiculturalismo decorrente de um novo contexto geopolítico europeu. Com a Alemanha dividida e outros países em situação semelhante, os conflitos internos sobrepuseram-se aos conflitos externos. Como resultado dessa nova configuração surge o Estado de Bem Estar Social.

Na maioria dos países da Europa Ocidental e Setentrional, no entanto, a pacificação socioestatal do antagonismo de classes criou uma situação nova. Ao longo do tempo, criaram-se e ampliaram-se sistemas de seguridade social, consolidaram-se reformas em áreas como educação, família, direito penal e poder carcerário, defesa de dados pessoais etc., e ao menos se começaram a implementar políticas feministas de igualização. No interior de uma geração o status dos cidadãos, mesmo que de maneira incompleta, melhorou muito em sua substância jurídica. Isso sensibilizou os próprios cidadãos (e eis o que me importa) para a precedência do tema da transformação dos direitos fundamentais em realidade, ou seja, sensibilizou-os para essa precedência cuja tarefa é resguardar a nação real de cidadãos ante a nação imaginada, supostamente constituída dos membros de um mesmo povo (HABERMAS, 2002, p. 137).

Assim, na realidade pós-guerra, vemos um fluxo inverso do que era possível identificar até então. Se a nação se une ao Estado para legitimá-lo e sustenta-lo enquanto poder político na modernidade, agora, o Estado passa a sustentar essa nação. A ideia de nação, fundada em princípios supostamente naturais, a fim de promover a cidadania de um determinado povo, já não exerce mais o seu papel unificador. No novo contexto, a ideia de cidadania é o que sustenta a nação. Por isso, a importância de uma atuação presente e forte do Estado nas políticas públicas de seguridade, saúde, educação, e outras.

A Europa do século XX marca, então, um novo momento de ruptura com o sistema político sustentado pelo nacionalismo enquanto projeto homogeneizador do Estado Nação, para um momento de enaltecimento e realização dos direitos fundamentais. São os direitos e não mais a ascendência, ou as práticas comuns, que asseguram a cidadania e o pertencimento de uma pessoa para com seu país. Nesse

sentido, podemos dizer que esse foi um período de fortalecimento concomitante das autonomias privada e cidadã no âmbito do Estado, ou em outras palavras, das liberdades privada e política, o que Habermas chama de “Dialética entre igualdade jurídica e factual” (2002, p. 137).

O ponto de vista Habermasiano sobre o Estado do Bem Estar Social pode ser traduzido como um fenômeno que surge em resposta a uma realidade distinta do Estado moderno originário (nacionalista). Essa distinção se dá pela composição conjuntural do período, que envolve o pós-guerra, a divisão e o esfacelamento dos Estados Nacionais, a ameaça ao nacionalismo e a situação econômica favorável. Tal contexto resultou em uma integração jurídica precedente à integração natural, (cidadania precede o nacionalismo). Resultou, também, em uma busca pelos direitos, a fim de garantir a igualdade no plano prático/real e não apenas no imaginário da “nação”. Por último, resultou no fortalecimento de um republicanismo que agora busca muito mais a reciprocidade entre liberdade privada e política, ao combater um Estado cujos cidadãos sejam iguais politicamente, mas desiguais socioeconomicamente.

Note-se que para Habermas (2002), não foi o Estado Nação que se desmantelou e sim o Estado nacionalista. O Estado Nação se mantém mesmo após a segunda guerra e mesmo na contemporaneidade, sob os efeitos da globalização (apesar de serem pessimistas as considerações do autor a respeito de sua continuidade sob tais condições).

Gellner (1996), entretanto, atribui a grande transformação do período pós-guerra principalmente à prosperidade econômica. Para ele o período da segunda guerra foi o ápice da “brutalidade” do nacionalismo homogeneizador, ao recorrer a assassinatos em massa e deportações forçadas de populações. O pensamento nacionalista “evoluiu” para o pensamento nazista, que acrescentou a característica da seleção natural (purificação da raça). O nazismo procurou justificar suas medidas drásticas de extermínio em nome do bem comum. Esse processo não foi ao acaso, mas sim fruto de um pensamento desencadeado pelo complexo mapa étnico europeu.

O pós-guerra, então, traz uma prosperidade “sustentada e sem precedentes”, o que, para Gellner (1996), foi o principal desencadeador de Estado do Bem Estar Social, por ter sido responsável pelo fenômeno que ele chama de “tese da convergência”. Significa dizer que quando a base cultural é mais ou menos semelhante, o desenvolvimento econômico redundará em uma convergência cultural ainda mais forte: “a

diminuição na distância econômica é outro fator que contribui para tornar menos intenso o sentimento étnico na vida cotidiana.” (1996, p. 134). Isso ocorre no estágio mais avançado do industrialismo, quando não mais há grandes ressentimentos de fronteiras étnicas. Assim, o Estado de Bem Estar Social tem a preocupação de equiparar a condição econômica da população visando a homogeneização cultural. O autor considera que, no início da industrialização, as desvantagens econômicas foram importantes, mas não determinantes. As diferenças culturais uniram-se a elas e se tornaram as propulsoras das reivindicações nacionalistas. Já no industrialismo avançado, as desigualdades culturais surtiram menos significativas, de maneira que puderam ser influenciadas pela condição econômica.

Assim, embora a cultura superior compartilhada, livre do contexto e baseada na educação, continue a ser pré-condição da cidadania moral, da participação econômica e política efetiva, no industrialismo avançado ela já não precisa gerar um nacionalismo intenso. O nacionalismo pode então ser domesticado, como foi a religião. (GELLNER, 1996, p. 135)

Sendo assim, para Gellner (1996), a cultura superior, mesmo “domesticada”, continua sendo uma condição para a cidadania. Ainda que não gere um nacionalismo intenso, ela tem por objetivo sustentar o nacionalismo.

Destarte, as considerações de Habermas (2002) e Gellner (1996) a respeito das novas condições do período pós-guerra diferem-se em seus desdobramentos. Enquanto Gellner entende o pós-guerra como um momento de resgate à homogeneização cultural, por meio da homogeneização econômica propiciada pelo Estado de Bem Estar, Habermas defende que a homogeneização cultural nunca foi realmente resgatada. Pelo contrário, o multiculturalismo fez com que o Estado redirecionasse os esforços do nacionalismo para a cidadania, enquanto unificador político de uma nação. Com isso, o Estado de Bem Estar Social pode ser entendido como mecanismo político de construção e democratização de direitos e não apenas como nivelador econômico. Claro que o nivelamento econômico foi essencial para que o Estado pudesse manter a configuração de Estado Nacional, mas a nação passa a se sustentar na cidadania e não na cultura.

Conclusão

O Estado Moderno apostou no nacionalismo para a sustentação de sua legitimação política. O nacionalismo foi determinante, a partir do fim do século XVIII, para criar as condições necessárias à homogeneização cultural de um povo delimitado territorialmente por um Estado. A insurgência do Estado Nação se deu como consequência de uma maior demanda do povo por participação, atrelada à industrialização da sociedade. No século XX, entretanto, o pós-guerra traz uma nova conjuntura de conflitos internos decorrentes da fragmentação de alguns Estados. O multiculturalismo advindo do contexto geopolítico europeu ameaça o nacionalismo sobre o qual estavam pautadas as bases do Estado Moderno. O Estado de Bem Estar Social surge para suprir a necessidade de sustentação do Estado Nação, em meio a um contexto de enfraquecimento do nacionalismo. Nessa ótica, vimos que para Gellner (1996), o Estado de Bem Estar Social permite assegurar a permanência do nacionalismo, enquanto fundamento do Estado Nação, ao considerar a tese da convergência segundo a qual, o desenvolvimento econômico resulta em uma convergência cultural ainda mais forte que a original. Em outras palavras, o princípio do nacionalismo exige que a unidade política e a unidade cultural sejam congruentes. Por outro lado, Habermas (2002) assinala que o Estado de Bem Estar Social consente desassociar a nação da cultura, fundamentando-a na cidadania, ao proporcionar uma igualdade prática e não apenas ideológica.

Assim, vimos neste artigo que houve um progresso na teoria do nacionalismo entre os autores, os quais nos oferecem excertos teóricos que aproximam seus pensamentos de maneira geral quanto à origem do Estado Nação e o desdobramento do Estado de Bem Estar Social, tanto para reafirmar uma ideia que já fora dita, como para contrapor e argumentar com outra. Observa-se, também, uma conformidade concernente a essencialidade de fronteiras políticas e culturais como condições para a existência da nação.

Referências

BERLIN, I. Dois conceitos de liberdade. In: HARDY, H. et al. A busca do ideal: uma antologia de ensaios. Tradução Teresa Curvelo. Editorial Bizâncio, Lisboa, 1998, p. 227-273.

CONSTANT, B. A liberdade dos antigos comparada à dos modernos. EDIPRO, 2015.

GELLNER, E. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal. Um mapa da questão nacional. Contraponto, RJ, 1996.

HABERMAS, J. O Estado nacional europeu – sobre o passado e o futuro da soberania e da nacionalidade. In: A inclusão do outro: estudos de teoria política. Edições Loyola, São Paulo, 2002.

HOBBS, T. Leviatã. Org. Richard Tuck; trad. João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva, Claudia Berliner. Rev. Eunice Ostrensky, 2003.

HOBBS, E. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. In: HOBBS, Eric. Nações e Nacionalismos desde 1870. Paz e Terra, SP, 1998.

JASMIN, M. G. Racionalidade e história na teoria política. Editora UFMG, 1998.

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo. LeBooks Editora, 2018.

MACHIAVELLI, N. Discursos sobre a Primeira Década de Títo Lívio. [tradução MF] 2007.

ROUSSEAU, J. Contrato social. Coleção Os Pensadores. Ed. Abril, São Paulo, 1978.

VERDERY, Katherine. Para onde vão a ‘nação’ e o ‘nacionalismo’? In: BALAKRISHNAN, Gopal. Um mapa da questão nacional. Contraponto, RJ, 1996.